



ATA - 08ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA- 2023. O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), no dia 05 de setembro de 2023, no formato híbrido, realizou a 08ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC, do referido ano, sob a condução da Conselheira e Presidenta do CEDIM/SC, Rosaura de Oliveira Rodrigues. A 08ª Reunião Plenária Ordinária contou com a presença das **Conselheiras representantes das Organizações Governamentais**: Conselheira Titular Débora Barbosa, representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS); Conselheira Titular Luciane dos Passos e sua Suplente Luciana Pereira Schubert, representantes da Secretaria de Estado da Administração (SEA); Conselheira Titular Viviane Silva da Rosa, representante da Secretaria de Estado da Educação (SED); Conselheira Titular Rachel Aust, representante da Secretaria de Estado da Agricultura (SAR), Conselheira Titular Giovana Paludo, representante da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN); Conselheira Titular Bárbara Vargas, representante da Secretaria de Estados da Saúde (SES); Conselheira Titular Patrícia Zimmermann, representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) e Conselheira Titular Silvia Arend, representante da UDESC. Participaram também as **Conselheiras representantes das Organizações Não Governamentais**: Conselheira Titular Fernanda Cardozo e sua Suplente Carolina Bergmann, representantes do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC); Conselheira Titular Rosaura Rodrigues, representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Conselheira Titular Sheila Sabag representante da Associação Casa da Mulher Catarina; Conselheira Suplente, Denise Paes, representantes do Fórum de Mulheres do Mercosul - Seção Lages; Conselheira Titular Ana Lúcia Pratts, representante da FETAESC; Conselheira Suplente Joseane Nazário, representante do CRP 12ª Região; Conselheira Suplente Marlete Pinto de Oliveira, representante da Marcha Mundial das Mulheres; Conselheira Suplente Alessandra da Silva, representante do Movimento Mulheres do Litoral e a Conselheira Titular Júlia Melim, representante do Instituto Movimento Jovem de Araquari. **Justificaram a ausência**: Conselheira Titular Erli Aparecida Camargo, representante



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

do Fórum de Mulheres do Mercosul - Seção Lages; Conselheira Titular Simone Schaffer, representante da Marcha Mundial das Mulheres; Conselheira Titular Romi Ruff e sua Suplente Jurema dos Santos, representantes da BPW - Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais - Grande Fpolis; Conselheira Suplente Renata Takashima, representante da OAB/SC; Conselheira Suplente Margot Zetzsche, representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Conselheira Titular Rosemeri Prado e sua Suplente Liliana Piski, representantes da CUT/SC e Conselheira Suplente, Fernanda Vieira, representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP). **Participaram ainda, enquanto convidadas**, as servidoras do NEPRE (Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências nas Escolas) da Secretaria de Estado da Educação, Cleusa Matiola e Débora Ruviano e a Secretária da SAS, Maria Helena Zimmermann. A 08ª Plenária Ordinária do CEDIM/SC do ano de 2023 teve a seguinte **pauta**: 1. Levantamento do Quórum; 2. Justificativas de ausências; 3. Aprovação da Ata da 07ª Plenária Ordinária – Ano 2023, realizada em 01 de agosto de 2023; 4. Apresentação do trabalho do Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências nas Escolas (NEPRE) da SED/SC; 5. Relato do Fórum dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres; 6. Relato da Reunião Intersetorial de retomada do Pacto Maria da Penha; 7. Relato das Comissões e Grupos de Trabalho; 8. Informes Gerais; 9. Encerramento. **Aberta a reunião**, após levantamento do quórum e aprovação das justificativas de ausências, Rosaura agradeceu a presença de todas, e deu continuidade à pauta. Após, Carol passou para o item **3. Aprovação da Ata da 07ª Plenária Ordinária – Ano 2023, realizada em 01 de agosto de 2023.** Sem objeções, a ata foi aprovada. Ato contínuo. **4. Apresentação do trabalho do Núcleo de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências nas Escolas (NEPRE) da SED/SC.** Cleusa (5min), representante do NEPRE inicia sua fala explicando que o NEPRE faz parte da Coordenação de Educação, Direitos Humanos e Diversidades e foi fundado entre as décadas de 80 e 90, visando gerar discussões acerca do uso e abuso de substâncias psicoativas, educação sexual e as violências na ótica da educação e prevenção. Desde 2011, tem suas ações pautadas na Política de Educação,



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola, elaborada e publicada pela Secretaria de Estado da Educação. Cleusa explica que o caderno de orientações do NEPRE está disponível no site: <https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/6613-politica-de-educacao-prevencao-atencao-e-atendimento-as-violencias-na-escola> e em 2022 a SED proporcionou a contratação de equipes multiprofissionais, formada por educadores de todas as áreas de ensino, psicólogos(as) e assistentes sociais para atuarem no órgão Central e nas 36 Coordenadorias Regionais de Educação de Santa Catarina. Cleusa acrescenta que as coordenadorias possuem à sua disposição um sistema online de registro dos casos de violência que ocorrem nas escolas e também há um painel do NEPRE que disponibiliza a compilação das informações do NEPRE online (<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiZDY5NjY5OGQNTlZlZS00OGQyLTlhMzAtODBkODU3YzNINTJiliwiZDI6ImExN2QwM2ZiLTRiYWmtNGI2OC1iZDY4LWUzOTYzYTJlYzRlNiJ9>) por meio de dados estatísticos dos registros de violência como ferramenta de gestão, subsidiando o planejamento das ações, bem como as políticas educacionais no enfrentamento às violências nas escolas. Passou-se a palavra para a outra servidora do NEPRE, Débora Ruviano (27min) que detalhou as ações de Prevenção à Violências contra a Mulher citando: Ações Pedagógicas na Semana de Enfrentamento à Violência contra a Mulher na Educação Básica (lei nº 14.164); Divulgação da campanha “Violência Doméstica: Não se Cale” do MP; Ações Pedagógicas alusivas ao Agosto Lilás, mês de enfrentamento à violência contra a mulher, durante o mês de agosto; Ações alinhadas ao NEPRE, objetivando fomentar o debate, bem como o olhar dos profissionais da educação para o combate e prevenção às violências e às problemáticas referentes ao tema; Disponibilização de material para a formação dos profissionais de educação e Ação para os servidores no órgão central - distribuição de laços, plano de fundo, banner e cards de divulgação. Já no currículo do Ensino Médio, Débora informa que há a “Trilha Mulheres no Território Catarinense” que trabalha o tema Representações Sociais, mulheres, direitos, relações de poder e de Gênero” com carga horária de 160h ou 240h a depender da matriz curricular em funcionamento na Unidade Escolar. Estão em elaboração também 02 Termos de Cooperação Técnica: Protetores do Lar, que tem



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

como objetivo a conscientização e o engajamento de adolescentes no meio escolar para atuarem na prevenção da violência doméstica e familiar em parceria com a Rede Catarina de Proteção à Mulher; OAB/SC e os CRAS e CREAS dos municípios e o Jogo de Cartas: “Jogando contra o Machismo” em parceria com a UFSC. Rosaura levanta alguns questionamentos: 01º Se a formação é feita com os professores sem esperar pela solicitação deles; 02º como o NEPRE trabalha as questões de machismo nos casos em que o Diretor de uma escola é o representante do núcleo e é uma pessoa machista e/ou violenta? 03º Se os dados dos sistema do NEPRE são encaminhados para o Observatório de Violência da Alesc e 04º Como que o NEPRE nas unidades escolares conversa com com os conselhos tutelares e conselhos de direitos, como por exemplo os conselhos municipais dos direitos das mulheres e os da criança e do adolescente? Como as denúncias de práticas de violência são trabalhadas na prática de forma intersetorial? Como a educação está lidando quando os pais ou responsáveis se mostram contrários às aulas de educação sexual, ou quando há suspeitas de violência sexual, por exemplo? Em relação às formações, Cleusa relata que cada equipe das coordenadorias regionais faz o controle das demandas que surgem, mas que também as formações são constantes e elas ocorrem no formato presencial e também online. As outras formações são feitas da coordenação central para as coordenadorias regionais, que são os multiplicadores das ações nas unidades escolares. No que diz respeito ao representante do NEPRE nas unidades escolares, Cleusa afirma que não existe uma função ou cargo para desempenhar esse papel e sim o seu perfil é avaliado juntamente com a comunidade escolar e são designadas pela equipe multiprofissional de cada núcleo regional do NEPRE e caso um(a) profissional seja designado(a) e não corresponda, ele(a) é substituído(a). Débora acrescenta que a entrada dos profissionais que compõem hoje as equipes multiprofissionais já trouxe muitos avanços, mas que o desafio que ainda existe é não ter em todas as unidades o núcleo do NEPRE pois muitas vezes esse profissional que acumula esse papel tem outras diversas funções dentro da escola para desempenhar. Débora cita o exemplo que hoje apenas o Instituto Estadual de Educação, por ter aproximadamente 5.000 alunos, possui uma equipe exclusiva do NEPRE com 04 profissionais. Cleusa fala sobre os dados



disponibilizados no site e afirma que são abertos ao público, se forem dados mais sensíveis ou sigilosos, será necessário fazer um termo de parceria com a SED para disponibilizar esses dados. Em relação à relação com a rede intersetorial, Cleusa afirma que essa questão está sendo atualizada pela SED pois cada município tem seu fluxo, porém hoje a orientação que a SED dá é que cada Unidade Escolar respeite o fluxo existente em seu território e se insira nele, pois não tem como órgão central controle essa questão e acrescenta que existe um campo dentro do NEPRE online que devem ser inseridos os encaminhamentos que foram dados no caso de ocorrência de casos de violência. Rosaura questiona ainda se o NEPRE tem um diálogo de proteção dos profissionais/professores(as) para garantir que eles não sejam assediados quando estão ministrando aulas sobre violência. Cleusa responde que essas temáticas estão amparadas pelo Currículo Catarinense que é um documento oficial e respalda os profissionais que estão trabalhando com essas temáticas. Cleusa também reforça que o atendimento do NEPRE é tanto para os alunos quanto para os professores, mas essa política orienta as escolas estaduais, porém acrescenta que existe um Grupo de Trabalho na Alesc que está estudando ampliar a atuação do NEPRE nos municípios, tanto rede pública, privada e federal, por exemplo. Rosaura agradece a participação das convidadas e reforça a importância da lei ser cumprida em relação à composição das equipes dentro das escolas com assistentes sociais e psicólogos(as). Passou-se para o ponto **5. Relato do Fórum dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres.** Carol (1h5min) relata que o fórum foi realizado dia 29/08 e contou com a presença dos Conselhos Municipais de Vidal Ramos; Rio do Sul; Canoinhas; Itapema; Herval d'Oeste; São Miguel d'Oeste e Xanxerê, além de algumas conselheiras do CEDIM. Carol informa que cada conselheira municipal relatou quais atividades alusivas ao Agosto Lilás foram realizadas e o que estão planejando para os 21 dias de ativismo. Carol também informou que um dos encaminhamentos foi o envio de uma formulário pelo CEDIM aos conselhos municipais para que eles preencham esses relatos e também já atualizem os dados cadastrais de cada conselho para sempre mantermos a planilha de conselhos atualizada. Viviane acrescenta que os municípios solicitaram que antes do mês de novembro seja realizada uma nova reunião de orientação por parte do



CEDIM em relação aos 21 dias de ativismo. Rosaura sugere que essa demanda seja discutida na Mesa Diretora para que uma data no início de outubro seja reservada para essa reunião, mas que as ações têm que ocorrer de forma coletiva, pois essa é a ideia do fórum. E também sugere que essa demanda seja também discutida nas comissões de formação e de enfrentamento à violência, para levantar propostas. Ato contínuo. **6. Relato da Reunião Intersetorial de retomada do Pacto Maria da Penha.** Rosaura (1h20min) relata que a reunião ocorreu dia 30/08 e que dentre alguns encaminhamentos, foi solicitado que os trabalhos dos Gt's dessa comissão intersectorial sejam retomados (Gt fluxo e Gt sistematização); que dia 20 de setembro será realizada uma reunião da Mesa Diretora com a Secretária Kika sobre o Plano Estadual das Políticas Públicas para mulheres e já ficou definido que no dia 14 de setembro às 16h os Gt's irão se reunir para discutir sobre o custo do serviço de acolhimento estadual e também sobre a criação de um protocolo de violência doméstica e familiar. Já no dia 26 de setembro às 13:30 será a reunião da comissão intersectorial e Rosaura reforça a importância de todas as conselheiras participarem, pois nessa reunião é debatida a questão da violência interinstitucional com a presença dos signatários do Pacto Estadual Maria da Penha. Passou-se para o próximo ponto. **7. Relato das Comissões e Grupos de Trabalho.** Fernanda Cardozo (1h29min) começa pela **Comissão de Comunicação** informando que a comissão fez várias publicações tanto do CEDIM quanto de outros conselhos e órgãos neste último mês, principalmente em alusão ao Agosto Lilás e citou também as publicações referentes à Marcha das Margaridas. Para o próximo mês, seguindo o planejamento da comissão, Fernanda informa que serão feitas postagens com explicações a respeito do Pacto Estadual Maria da Penha e também aguarda informações atualizadas do curso de formação para serem divulgadas e também destaca que a comissão irá produzir materiais sobre violência obstétrica. Rosaura pontua que o CEDIM precisará debater a questão do aborto durante o mês de setembro, referindo-se à campanha do “setembro verde” e também reforça o pedido de sempre marcar as conselheiras nas postagens para que o material seja replicado. Fernanda questiona se o tema da interrupção voluntária da gestação é um tema que poderia ser publicado nas mídias do CEDIM e Rosaura sugere que antes disso, esse



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

tema precisa ser debatido em plenária para que cada conselheira opine enquanto instituição que representa e que esse debate precisa ser feito dentro de cada instituição também. Silvia concorda e argumenta que a proposta tem que sair enquanto CEDIM e não por conselheira. Rosaura sugere que a comissão de formação também trabalhe temas para serem feitas formações internas para as conselheiras, como por exemplo, feminismo, direito da mulher, aborto, etc. Em relação à **Comissão de Formação**, Débora (1h40min) relata que a comissão não conseguiu se reunir em função do choque das agendas das integrantes, mas já anotou as demandas que foram levantadas. Carol informa que a comissão recebeu um convite do Conselho Municipal de Chapecó para ministrar uma palestra sobre a importância da composição do conselho e a Erli irá representar a comissão neste dia. Sobre a **Comissão de Enfrentamento à Violência**, Carol (1h41min) relata que a comissão se reuniu para analisar os documentos que a advogada da vítima de violência obstétrica, Raquel Afonso encaminhou sobre seu processo e foi deliberado que será encaminhado para o CEPOMIF um ofício solicitando informações a respeito desse caso, se é que ele passou por este comitê. Também ficou deliberado que será enviado um email para a advogada relatando todos os encaminhamentos, para mantê-la informada e também foi sugerido por Sheila que a Raquel procure orientações junto à Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras no que diz respeito ao pedido de um segundo laudo de perícia no âmbito judicial. Além disso, a comissão decidiu que será encaminhado um ofício para a SES questionando a respeito do retorno da análise do protocolo ILG que foi entregue em mãos para a secretária Carmen Zanotto no dia 06 de julho e até a presente data o CEDIM não obteve retorno. Passou-se então para a **Comissão de Legislação, Normas e Orçamento** e Carol (1h50min) relata que a comissão não se reuniu neste último mês por falta de demanda mas que nesta semana o processo da atualização da Lei do CEDIM foi tramitado, a nova redação foi aprovada pela Casa Civil e agora foi encaminhado para a SAP (Secretaria de Estado de Administração Prisional) que precisará confirmar mais uma vez e tem interesse em compor o CEDIM, uma vez que o foi nomeado um novo secretário. Assim que esse processo retornar, a comissão se reunirá para dar andamento ao processo. Por fim, em relação à **Comissão Intersetorial**



Pacto Maria da Penha, Carol (1h 51min) pontua que esse ponto já foi discutido no ponto 06 da pauta . **8. Informes Gerais.** A Secretária Kika confirma a liberação de R\$ 200.000,00 por parte da Secretaria da Fazenda referente às emendas impositivas e agora o processo do curso de formação das conselheiras poderá seguir o fluxo interno na área meio da SAS, destacando que esse recurso precisa ser utilizado ainda em 2023. Kika informa que tanto ela quanto a Simone irão acompanhar as reuniões do CEDIM nas tratativas desse processo para auxiliar as conselheiras no que for necessário e assim o curso poder ser executado de fato. Rosaura pontua que o contato com as professoras e alunas precisa ser feito urgente em função do calendário. Débora acrescenta que alguns trâmites do processo precisarão ser atualizados, como a questão dos orçamentos atualizados e o número de turmas e alunas, mas que isso será rápido pois a base do Termo de Referência já está pronto. **Ficou deliberado então que a comissão de formação fará uma reunião emergencial com a presença da ENA para já ajustar detalhes do processo, será dia 11/09 às 13:30.** Rosaura também sugere que seja feito contato com a FECAM, Procuradoria da Mulher e com a Bancada Feminina para ajudar na divulgação do curso e assim conseguir mais alunas inscritas. Rosaura apresenta sua preocupação para que o curso seja divulgado principalmente nas regiões do estado onde não tem conselho municipal, assim as vagas poderão ser distribuídas e não ficar somente na região da capital. Ana Lúcia colocou a FETAESC à disposição para divulgar o curso para as mulheres e conselheiras da área rural. Luciane faz o relato da reunião que participou do CEPOMIF dia 29 de agosto que discutiu a elaboração de um documento sobre a estratificação de risco gestacional que foi iniciado pela equipe da Atenção Primária à Saúde e será disponibilizado para os demais profissionais da saúde. Luciane também participou da reunião do Observatório de Violência da Alesc onde foi apresentado um formulário que deve ser preenchido pelas mulheres que foram vítimas de violência doméstica e familiar, sendo que a proposta pretende criar mecanismo que sirva de instrumento à efetivação do formulário nacional de avaliação de riscos. Também foi apresentada nesta mesma reunião a Cartilha de Atenção Humanizada à Interrupção Legal da Gestação pela Dra. Naiara Brancher do CEVID (TJ) e pela Dra. Anne do NUDEM da Defensoria Pública.



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

O 3º item da pauta foi uma apresentação do painel de dados do OVM que será alimentado mensalmente. O 04º ponto foi a apresentação do panorama da DIVE (Diretoria de Vigilância Epidemiológica) da SES com dados epidemiológicos sobre violência contra a mulher em SC. Por fim, Luciane afirma que o protocolo de ações integradas de atendimento à mulher vítima de violência será retomado, com a presença da SED nesta oportunidade e agora coordenado pela SEPLAN e que no dia 15 de setembro já ocorrerá uma reunião com a SSP para discutir esse assunto. Débora aproveita para reforçar o convite do Tribunal de Justiça (CEVID) que no dia 12 de setembro fará uma reunião às 14h, na sede do TJ, para discutir uma proposta de evento conjunto no que diz respeito aos 21 dias de ativismo. **9. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, Rosaura agradeceu a participação de todas e deu-se por encerrada a 08ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC - Ano 2023. Eu, Carolina Freitas, Secretária do Conselho, lavrei a presente Ata. Link para acessar a gravação da reunião:

<https://drive.google.com/file/d/1UBX4vKq7-VzLRRDYfAL-qsjL-NEHifRK/view?usp=sharing>